



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Coordenação do Curso de ou Departamento de Direito Público

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Elaboração da Pesquisa Jurídica						Código: DB120	
Natureza:		(X) Semestral () Anual () Modular					
() Obrigatória							
(X) Optativa							
Pré-requisito: Nenhum		Co-requisito: Nenhum		Modalidade: (x) Totalmente Presencial () Totalmente EAD () Parcialmente EAD: _____ *CH			
CH Total: 30h							
CH Semanal: 2h							
Prática como Componente Curricular (PCC):	Padrão (PD): 30h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
Atividade Curricular de Extensão (ACE):							

EMENTA

A pesquisa na área do Direito. Elaboração de projeto de pesquisa jurídica. Coleta e tratamento dos dados. As etapas de elaboração da pesquisa. Produção e apresentação de trabalhos científicos. Submissão de artigos a revistas científicas. A pesquisa em Direito Comparado. A pesquisa empírica e jurisprudencial em Direito. Apresentação de trabalhos acadêmicos perante bancas examinadoras.

PROGRAMA

1. A PESQUISA NA ÁREA DO DIREITO : estado da arte, métodos, desafios.
2. ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA JURÍDICA: da escolha do tema às referências bibliográficas
3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS: uso de bases de dados de acesso aberto e restrito.
4. AS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DA PESQUISA: do planejamento à redação e revisão final.
5. PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS: normas da ABNT.
6. SUBMISSÃO DE ARTIGOS A REVISTAS CIENTÍFICAS.
7. A PESQUISA EM DIREITO COMPARADO.
8. A PESQUISA EMPÍRICA E JURISPRUDENCIAL EM DIREITO.
9. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS PERANTE BANCAS EXAMINADORAS.

OBJETIVO GERAL

Habilitar os alunos a desenvolverem trabalhos de pesquisa científica na área de Direito, de forma crítica e aprofundada.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Desenvolver nos alunos a capacidade de elaborar um projeto de pesquisa em Direito, realizar levantamentos bibliográficos de forma aprofundada, elaborar artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como apresentá-los perante bancas examinadoras de eventos científicos e de trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado e doutorado.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivo-dialogadas quando serão apresentados os conteúdos curriculares teóricos e indicados exercícios domiciliares. Será utilizada a Plataforma Microsoft Teams para atividades síncronas e postagem de tarefas. O material bibliográfico estará disponível no campo próprio da plataforma indicada.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação da disciplina buscará propiciar aos alunos a demonstração dos conhecimentos apreendidos. Haverá dois tipos de avaliação: 1) resposta a questionários, com questões objetivas e discursivas, sobre os temas trabalhados em sala; 2) elaboração de projeto de pesquisa, ao qual se atribuirá a nota da avaliação final da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CARVALHO, Salo de. **Como não se faz um trabalho de conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEGRAND, Pierre. **Como ler o Direito estrangeiro**. Trad. Daniel Wunder Hachem. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SIQUEIRA, Gustavo Siqueira. **Pequeno Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica**: ou roteiro de pesquisa para estudantes de Direito. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ALMEIDA, Fábio Ferraz. Aspectos práticos da pesquisa empírica em direito: uma discussão a partir da experiência etnográfica do tribunal do júri. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 25-39, jul./dez. 2014.

BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de, BARROS, Matheus de. Os desafios e os novos caminhos da pesquisa em Direito no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, p. 25-48, jan./abr. 2018.

BEDÊ, Fayga Silveira. SOUSA, Robson Sabino de. Por que a área do Direito não tem cultura de pesquisa de campo no Brasil? **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n.1, p. 781-796, 2018.

BEDÊ, Fayga Silveira; VELOSO, Antônio Rodolfo Franco Mota; BEZERRA, Stéfani Clara da Silva; BARCELOS, Gabriela Macedo de Oliveira. Ensaio sobre a página em branco: o processo de escrita acadêmica em direito e seus bastidores - o que podemos aprender com a literatura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 120, p. 107-158, jan./jul. 2020.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 54, p. 144-185, jan./abr. 2018.

LEAL, Fernando; JORDÃO, Eduardo. Quando a tradução também importa: problemas linguísticos de direito comparado. **Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 8, n. 29, p. 86-104, out./dez. 2014.

MARRARA, Thiago. Método comparativo e direito administrativo: breves reflexões por ocasião da criação da Associação Brasileira de Direito Público Comparado. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). **Direito público no Mercosul**: intervenção estatal, direitos fundamentais e sustentabilidade. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. 1, p. 151-160.

MONEBHURRUN, Nitish. Pensando na articulação entre a internet como instrumento de pesquisa jurídica e o rigor acadêmico. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 14, n. 19, p. 147-170, jul./dez. 2016.

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho et al. A pesquisa em Direito e as bases eletrônicas de julgados dos tribunais: matrizes de análise e aplicação no supremo tribunal federal e no superior tribunal de justiça. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 105-139, jan./jun. 2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL WUNDER HACHEM, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2022, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MELINA GIRARDI FACHIN, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO - JD**, em 08/03/2022, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4225329** e o código CRC **42EE7161**.

